**IV Encontro LGBTQIA+ da FASUBRA**

Tema central: cidadania LGBTQIA+ na Educação Pública e na Sociedade

Pela ASSUFRGS: Antonieta Xavier, Isis Duarte e Rafael Berbigier

- realizado o credenciamento a partir das 9h;

- 10h – abertura com apresentação de vídeo da Dóris explicando o significado das letras da sigla LGBTQIAPN+: o principal não é saber o significado das letras, mas sim o respeito que deve haver a todas/es/os, independentemente da orientação sexual e da identidade de gênero;

- 10h 30min: fala da direção da FASUBRA.

**MESA 01**

**10h 40min – 13h**

* Debate sobre **combate à violência e promoção dos direitos de cidadania LGBTQIA+ nas políticas públicas**. Palestrante: **(1)** Carla Ayres (vereadora lésbica de Florianópolis – PT/SC)

**(1 – Carla Ayres)** Cidadania como o “direito a ter direito”; exercício da cidadania a partir do rompimento à desigualdade, com a garantia de acesso a direitos fundamentais/humanos às pessoas, com o combate ao preconceito, ao racismo, à LGBTfobia, ao machismo, à misoginia. Não é possível alcançar a cidadania plena olhando o sujeito só por uma ótica (da saúde, da educação etc.), mas sim visualizando o ser humano na sua plenitude. “Precisamos da constituição de políticas públicas que garantam a cidadania, com vistas à não violência”. Pautas ditas identitárias são, na verdade, materialidades da realidade social excludente, seletiva e discriminatória. É fundamental que, no próximo período, reflitamos sobre a necessidade do marco regulatório da Cidadania LGBT.

Acesse a manifestação integral de Carla em <https://www.facebook.com/Fasubra/videos/444895030984782>.

* Debate sobre **sobrevivência LGBTQIA+ no Brasil de hoje.** Palestrante: **(2)** Andrey Lemos (servidor do Ministério da Saúde – militante ativista das pautas antirracista e LGBT, integrante da UMA LGBT)

**(2 – Andrey Lemos)** Importante lembrar que o Brasil não nasceu em 1500 – os europeus é que chegaram em 1500, impondo um processo de apagamento da organização e dos modos de vida dos povos originários. Portugal criminaliza a “homossexualidade” no século XVII, passando a ser criminalizada também na colônia (Brasil). No séc. XVIII, é descriminalizada a “homossexualidade”, mas se torna pecado, pelo viés da doutrinação da igreja. Após, vem a patologização, com homossexuais vistos como “seres doentes” que precisavam ser tratados, levar choque etc., o que influenciou uma cultura que, ainda hoje, tem adeptos, os quais consideram a homossexualidade como doença. O SUS é revolucionário pela sua capilaridade, universalidade, debatendo atualmente a necessidade de equidade, rumo à igualdade de acesso a políticas públicas. Conferência de Durban (2001) – Conferência Mundial contra o Racismo, a Desigualdade Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância – entre outros importantes debates, introduziu a relevância da análise interseccional das temáticas. Valores (muitas vezes alicerçados na discriminação) revelam as oportunidades e a falta de oportunidades (enquanto, na população em geral, o desemprego está em 14%, quando o recorte se dá a pessoas LGBTs, o índice aumenta para 22%). Outro indicador revelador é a do abandono da família a pessoas LGBTs, principalmente a Transgêneros e Travestis.

Acesse a manifestação integral de Andrey em <https://www.facebook.com/Fasubra/videos/1256056888530836>.

**MESA 02**

**14h-17h**

* Debate sobre **sindicalismo e as lutas pela visibilidade e igualdade de direitos das pessoas LGBTQIA+ no mundo do trabalho**. Palestrante: **(1)** Pérsio Plensack (arte-educador, pedagogo e assessor de formação da CUT-Brasil)

**(1 – Pérsio Plensack)** Paulo Freire e a importância das marchas; visibilidade LGBTQIA+; produção acadêmica e cultural; inserção no debate político; ocupação dos espaços de poder. Vídeos de formação da (pegar links).

Vídeo 1 - <http://www.cntrv.org.br/videos/identidade-de-genero-sexualidade-representacao-sindical-2204/> (identidade de gênero, sexualidade e representação sindical);

Vídeo 2 - <http://www.cntvcut.org.br/videos/lgbtqia-relacoes-sociais-e-de-trabalho-7c59/> (LGBTQIA+: relações sociais e de trabalho)

Vídeo 3 – <http://www.cntvcut.org.br/videos/identidade-de-genero-orientacao-sexual-e-negociacao-coletiva-7aae/> (Identidade de gênero, orientação sexual e negociação coletiva)

Acesse a manifestação integral de Pérsio em <https://www.facebook.com/Fasubra/videos/1559478211121695>..

* Debate sobre as **leis de proteção da comunidade LGBTQIA+ no Congresso**. Palestrante: **(2)** Lucas Brito (Mestre em Política Social e Sexual)

**(2 – Lucas Brito)** Não há lei aprovada no Congresso, relacionada às pessoas LGBTQIA+. No debate da Constituinte, foi reprovada a inserção de *orientação sexual* explicitamente na Constituição. Programa Brasil sem Homofobia (2004); rubrica para políticas públicas LGBTs na LOA em 2005; Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT(2010). PL612/2012 (união estável a pessoas do mesmo sexo) foi o que mais longe tramitou, chegando a ser aprovado na CCJ do Senado, mas posteriormente arquivado. O que se tem de avanços hoje foi a partir de interpretação do judiciário. 2003-2010 -> ascensão de políticas públicas LGBT. A dominação política requer a repressão da sexualidade, contra a qual devemos lutar todas/os/es da classe trabalhadora.

Acesse a manifestação integral de Lucas em <https://www.facebook.com/Fasubra/videos/1064904470796870>.

* Debate sobre a **comunidade LGBTQIA+ nos movimentos sociais e a promoção dos direitos de cidadania nas políticas públicas**. Palestrante: **(3)** Elaine Leoni (Coordenadora do Comitê LGBTQIA+ da ISP no Brasil e presidenta do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo)

**(3 – Elaine Leoni)** É necessário que a organização sindical seja livre de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Para isso, propõe-se que haja (1) “zero tolerância à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”, (2) “trabalho em prol da igualdade para as pessoas trabalhadoras LGBTIQ e adoção de uma política sindical”, (3) “promoção de um trabalho de conscientização em relação à igualdade e respeito dos direitos humanos das pessoas trabalhadoras LGBTIQ+”, (4) “compromisso de apoiar e implementar práticas em favor das pessoas trabalhadoras LGBTIQ+”, (5) “uma organização que promova e desenvolva a negociação em favor dos direitos das pessoas trabalhadoras LGBTIQ+”, (6) “instar a direção da organização a promover práticas de inclusão e respeito pelas pessoas trabalhadoras da comunidade LGBTIQ+”, (7) “apoiar campanhas de comunicação”. Sindicatos devem lutar por políticas públicas as pessoas LGBTQIA+. “Pelo direito de viver num Brasil onde a nossa forma de amar não possa ser o nosso maior risco de vida”.

Acesse a manifestação integral de Elaine em <https://www.facebook.com/Fasubra/videos/5283466201772884>.

**A representação da ASSUFRGS interveio nos debates da manhã e da tarde – Isis e Rafael na primeira mesa e Antonieta na segunda mesa.**

**MESA 3 (06 de agosto)**

**9h – 13h**

* Debate sobre a **importância da representatividade para a garantia de direitos da população LGBTQIA+ no ambiente sindical**. Palestrante: **(1)** Rose Bellon (Cientista Social, servidora da Secretaria de Direitos Humanos do Município de Serra)

**(1 – Rose Bellon)** Grupos sociais com maior vulnerabilidade devem ter atenção específica, através de políticas públicas e legislações, para que haja concretização dos direitos humanos à vida, à liberdade, à igualdade, à saúde, etc. Direitos Humanos como centrais para efetivação da representatividade das pessoas LGBTQIA+. Aumentar a participação das pessoas LGBTQIA+ em todas as instâncias dos sindicatos é necessário e urgente.

Acesse a manifestação integral de Rose em <https://www.facebook.com/Fasubra/videos/597775255238336>.

* Debate sobre a **importância da mobilização de minorias representativas no contexto de avanço do conservadorismo e ações práticas para essa mobilização**. Palestrante: **(2)** Augusta Batista Baêta das Neves (Militantes das pessoas trans, servidora técnica-administrativa na UFSCar, diretora da ATS – Associação Transgênero de Sorocaba)

**(2 – Augusta Batista Baêta das Neves)** Não existe ideologia de gênero, mas sim estudos de gênero. Os neopentecostais propagam a ideia de ideologia de gênero com o intuito de propagar a discriminação à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, tentando normalizar o ódio contra LGTB+. Os grupos religiosos de siglas neopentecostais representam a maior força organizada de promoção da destruição de direitos e cidadania LGBTI+ e maiores vetores de discurso de ódio no Brasil atual. Enquanto minorias representativas no poder, o desmonte de ferramentas de participação popular das pessoas LGBT+ visam ao extermínio de qualquer política pública LGBT+, almejando exterminar as pessoas LGBT+. A mobilização nos sindicatos sobre a pauta LGBT deve aumentar; fundamental a regulamentação de coletivos LGBTs e o fomento à pauta nos contextos de atuação política diversos (partidos, coletivos, diretórios etc). Relevante atentar para Conselhos Tutelares, que estão sendo ocupados pelos conservadores. “O que eu estou fazendo para mudar essa realidade? Aqueles que querem nos eliminar estão organizados e agindo. E nós?”. Foi, por fim, apresentado o Tripé da Cidadania LGBT+ (Conselho municipal, Coordenadoria/Secretaria municipal e Plano municipal lgbt+) como principal estrutura para promoção de direitos LGBT+ pelos poderes executivos locais.

Acesse a manifestação integral de Augusta em <https://www.facebook.com/Fasubra/videos/471990094745044>.

* Debate sobre as **estratégias para a defesa e proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ nos ambientes sindical e social**. Palestrante: **(3)** Deborah Sabará (Ativista da Associação GOLD – Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade; coordenadora da ANTRA).

**(3 – Deborah Sabará)** A maior estratégia imediata atualmente é eleger Lula. As mulheres travestis pretas são as maiores vítimas de agressões e assassinatos. Precisamos fazer o recorte racial. Necessário trabalhar a pauta LGBT+ atrelada aos direitos humanos.

Acesse a manifestação integral de Deborah em https://www.facebook.com/Fasubra/videos/469349941309214.

**Encaminhamentos aprovados (serão repassados à direção da FASUBRA como orientações, pois não é instância deliberativa oficial):**

**- Formação de GT Diversidade sexual e de gênero ainda em 2022;**

**- Oferta de, no mínimo, uma atividade de formação/capacitação pelas entidades de base à categoria, ainda em 2022;**

**- Pautar criação de Coordenação LGBTI+ na entidades de base.**

**Delegados da ASSUFRGS: Antonieta Xavier, Isis Duarte e Rafael Berbigier**